

DEPOIS DO TREZE DE MAIO: REPRESENTAÇÕES SOBRE EX-ESCRAVOS E SEUS DESCENDENTES EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA (1888-1930)

Washington Santos Nascimento¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer uma discussão sobre as representações sociais sobre ex-escravos e seus descendentes no sertão baiano, mais precisamente na região de Vitória da Conquista, sudoeste do estado da Bahia, nos anos posteriores à abolição da escravidão. Com base nas perspectivas abertas pelos Estudos Culturais, parte-se da história da escravidão e da abolição na localidade, para depois, por meio principalmente de jornais e processos-crimes, fazer uma análise das representações sobre ex-escravos e seus descendentes.

Palavras-Chave: sertão baiano, pós-abolição, representações sociais.

AFTER MAY THIRTEENTH: REPRESENTATIONS OF FORMER SLAVES AND THEIR DESCENDANTS IN VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA (1888-1930)

Abstract: This article seeks to discuss the social representations of former slaves and their descendants in Bahia's hinterlands in the post-abolition period, more specifically the region of Vitória da Conquista, southeast of that state. The study is grounded on the perspectives afforded by Cultural Studies, utilizing the history of slavery and abolition in the region as a point of departure. The investigation provides an analysis of representations of former slaves and their descendants, based mainly on newspapers and criminal law-suits.

Key Words: Bahian semiarid, post-abolition, social representations.

DESPUÉS DEL TRECE DE MAYO: REPRESENTACIONES SOBRE EX-ESCLAVOS Y SUS DESCENDIENTES EN VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA (1888-1930)

Resumen: Este artículo tiene el objetivo de discutir las representaciones sociales sobre ex-esclavos y sus descendientes en el sertão bahiano, más específicamente en la región de Vitória da Conquista, sudoeste del estado de Bahia, en los años posteriores a la abolición de la esclavitud. A partir de perspectivas abiertas por los Estudios Culturales, se parte de la historia de la esclavitud y de la abolición en la región para, enseguida, a través de periódicos y procesos-criminales principalmente, hacerse un análisis de las representaciones de ex-esclavos y sus descendientes.

Palabras-Clave: sertão bahiano, pos-abolición, representaciones sociales.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo – USP/SP e mestre em Ciências Sociais–Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Email: washingtonprof@gmail.com.

APRÈS LE TREIZE MAI: RÉPRESENTATIONS DES EX-ESCLAVES ET LEURS DÉSCENDANTS À VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA (1888-1930)

Résumé: Cet article a pour objectif faire une discussion à propos des représentations sociales des ex-esclaves et leurs descendants au serton de la Bahia, plus précisément à la région de Vitória da Conquista, sud-ouest de l'état de la Bahia, aux années postérieures à l'abolition de l'esclavage. Basé aux perspectives ouvertes par les Études Culturelles, on part de l'histoire de l'esclavage et de l'abolition à l'environ, pour après, par milieu principalement des journaux et procès-criminels, faire une analyse des représentations des ex-esclaves et leurs descendants.

Mots clefs: Serton de la Bahia, après-abolition, représentations sociales.

DEPOIS DO TREZE DE MAIO: REPRESENTAÇÕES SOBRE EX-ESCRAVOS E SEUS DESCENDENTES EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA (1888-1930)

Vitória da Conquista é uma das mais antigas cidades do sudoeste do estado da Bahia. Está a 512 quilômetros da capital Salvador e a 90 quilômetros da divisa com o estado de Minas Gerais. Como destaca Itamar Aguiar, desde o seu surgimento, a localidade constituiu-se como uma “cidade encruzilhada”, por onde passavam boiadas, pessoas, tradições e religiosidades (Aguiar, 2007, p. 33). Ao longo do tempo, essa cidade recebeu diferentes denominações, sempre associadas à conquista sobre os indígenas locais e à intercessão de Nossa Senhora das Vitórias nesse empreendimento. A primeira de foi “Arraial da Conquista”. Em 1840, quando se tornou vila, recebeu o nome de “Imperial Vila da Vitória”. No ano de 1891, com a elevação à categoria de cidade, passou a se chamar “Conquista” e, por fim, no ano de 1943, passou a ter, definitivamente, o nome de “Vitória da Conquista”².

Sua história, e de boa parte das cidades do sudoeste baiano – tais como Planalto, Poções, Poções, Boa Nova e Manuel Vitorino –, está ligada à formação e à expansão do grupo familiar formado pelo “preto-forro” português João Gonçalves da Costa – o primeiro preposto de Portugal a ocupar economicamente o Sertão da Ressaca³. Segundo Maria Aparecida Sousa e Isnara Pereira Ivo, provavelmente tenha nascido em 1720, na cidade de Chaves, na região de Trás-os-Montes, Portugal (Sousa, 2001, p. 47-48; Ivo, 2004, p. 54). Era integrante do Terço de Henrique Dias, uma milícia organizada no início do século XVII, composta majoritariamente por negros que tinha por propósito combater índios, quilombos e outros inimigos da Coroa Portuguesa.

² Como este trabalho se refere aos anos compreendidos entre 1888 e 1930, seria correto adotar as denominações utilizadas nesse período. Entretanto, para não dificultar o entendimento, utilizamos, em boa parte do texto, a terminologia “Vitória da Conquista”, salvo nos casos em que houve necessidade de uma identificação mais específica.

³ Ainda é incerto as razões pelas quais essa região obteve o nome de “Sertão da Ressaca”. Segundo o pesquisador Rui Medeiros, citado por Maria Aparecida Sousa, “Ressaca” era um nome corrente na geografia popular e significava “funda baía de mato baixo circundada por serra”, que traduzia a região do planalto da Conquista (Cf. Sousa, 2001, p. 13).

Provavelmente os primeiros escravos da região tenham vindo com João Gonçalves da Costa. Em ofício redigido em Lisboa, em 12 de agosto de 1780, o ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes escreveu ao Secretário da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro sobre a Capitania dos Ilhéus, onde nesse momento parte da região de Vitória da Conquista estava inserida. Ao descrever João Gonçalves, salienta a existência de índios domésticos e alguns escravos ao seu lado:

Um homem com sua família, vivia nas cabeceiras da citada capitania, no sertão da ressaca, chamado João Gonçalves, o qual obrigando-se, não sei o motivo, por aquele deserto por dilatado tempo, não logrou ver fruto do seu trabalho, pois lhe roubavam os índios bravos e as onças que eram em grande número, mas como se lhe foram agregando alguns casos de índios domésticos e teve com que comprar alguns escravos; hoje tem no rancho mais de 60 pessoas e vivem sossegados das primeiras perturbações e rodeados das fazendas de gado com que fornecem os açougues da Vila de Jaguaripe, povoação de Nazareth e Aldeia, tendo a fazer dilatado caminho pra lhe introduzir os gados⁴.

Desde o início, voltada para a criação de gado e a agricultura de subsistência, Vitória da Conquista apresentava uma baixa densidade de escravos, como podemos perceber na Tabela 1, construída com dados do Censo de 1870.

Tabela 1 – Censo de 1870

Localidade	População Livre	População Escrava	Percentual de escravos em relação à população livre
Vitória da Conquista	11.619	1.846	15,88%

Fonte Ivo, 2004.

Analisando 207 inventários entre os anos de 1840 a 1881, Idelma Novais diz que foi comum encontrar muitos proprietários de escravos com poucos escravos. Segundo ela, os três maiores eram o casal Thereza de Oliveira Freitas e Capitão Luiz Fernandes de Oliveira, que no inventário de 1847 dizia ter 72 escravos; Maria Clemência do Amor Divino e João de Oliveira Freitas que em 1868 tinham 50 escravos; e Lourenço Gonçalves da Costa e Ana

⁴ Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar feito por E. de C. Almeida, p. 472. Ofício do ex-governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Mello e Castro, sobre a Capitania dos Ilheos. Lisboa. 12 de agosto de 1780 *apud* Ivo (2005).

Senhorinha de Jesus, casal que em 1840 possuía um total de 46 escravos (Novais, 2008, p. 54-66). A autora também assinala que, em decorrência do fim do tráfico negreiro e do aumento do tráfico interno, houve uma valorização do preço dos escravos. Em 1840, um escravo valia em média 300\$000 (trezentos mil réis), já entre 1850 a 1860, com o fim do tráfico transatlântico, a oferta de indivíduos escravizados tornou-se mais escassa e o valor aumentou, atingindo o preço médio de 500\$000 a 600\$000 (quinhentos a seiscentos mil réis). E com a promulgação das Leis do Ventre Livre e do Sexagenário – Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, e Lei n. 3.270, 28 de setembro de 1885, respectivamente –, houve uma nova valorização dos escravos, que passaram a receber um preço médio de 700\$000 a 800\$000 (setecentos a oitocentos mil réis). Novais aponta ainda para relações comerciais entre escravos, senhores e casas comerciais, demarcando assim uma estratégia de sobrevivência por parte desses cativos e evidenciando a existência de “uma economia escrava com base na formação do pecúlio, proveniente do cultivo de suas roças e de atividades de ganho. Esse pecúlio possibilitou à participação dos escravos nas atividades comerciais e de crédito do Sertão da Ressaca” (*Idem, ibidem*, p. 149).

Em estudo anterior, buscamos mostrar que, em fins do século XIX, a região tinha uma pequena quantidade de escravos, quase todos nascidos no Brasil, e um número equilibrado entre mulheres e homens escravizados, o que, talvez, ajude a entender os resultados do fim do tráfico de escravos e também o grau de mestiçagem que a região atingira. Entretanto a pouca quantidade de escravos não significa que a presença negra não tenha sido significativa, haja vista a existência desde o século XVIII de comunidades quilombolas e o fato de a história da região sudoeste ser marcada pela constituição de uma elite local negro-mestiça, que nunca perdeu o poder. Esses descendentes de africanos, a começar por João Gonçalves da Costa, ao longo do tempo, adquiriram terras e escravos igualmente negros ou mestiços e transmitiram seus bens, em alguns casos, para seus filhos bastardos (Nascimento, 2008, p. 49-70). Nosso estudo demonstra que havia uma grande mobilidade espacial dos escravos na região do então Sertão da Ressaca, além disso, eles eram valiosos e quase sempre mantinham

relações conjugais estáveis quer com livres ou com cativos e poderiam, em situações extremas, ser condutor de “moral” e “bons costumes”⁵.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E SEUS DIFERENTES SIGNIFICADOS

A abolição da escravatura veio concretizar um processo que já estava em franco desenvolvimento com as alforrias e a ação do fundo de emancipação, que mesmo incipiente trouxe alguns frutos⁶. Um dos primeiros documentos locais que fazem referência direta à abolição é de 17 de julho de 1888, escrito pelo Conselheiro Municipal, Lydio Nunes Bahiense:

A. C. M. desta Imperial Vila da Vitória tem a distinta honra de, em sessão ordinária, acusar o recebimento da circular de vossa excelência, de 14 de maio último, comunicando haver S.A., a Princesa Imperial Regente sancionado, a 13 do referido mês, a lei que extinguiu a escravidão no Império. Esta comarca, pois, esperando reunir em sessão, folga hoje em congratular-se com vossa excelência e com o país inteiro, por nos vermos, assim livres de uma instituição legada por nossos maiores, a qual detestava-nos, é certo, ante os povos cultos; mas sente profundamente ver por nossos legisladores violado o preceito do § 22 artigo 179 do nosso pacto fundamental, na parte em que, garantindo o direito de propriedade em toda a sua plenitude, estatui prévia indenização nos casos excepcionais em que o bem público, legalmente verificado, exigir que se fira tal direito⁷.

O comunicado da lei da abolição fora feito imediatamente após a assinatura, o que explica o fato de já no dia 14 de maio tal informação ter chegado à Imperial Vila da Vitória (atual Vitória da Conquista). O conselheiro municipal diz que a abolição era algo detestável “ante os povos cultos”, numa provável referência a países como a Inglaterra, que condenavam a escravidão no século XIX. Entretanto fazia também uma dura crítica à

⁵ Para um aprofundamento maior sobre essa questão ver NASCIMENTO, Washington Santos. *Construindo o “negro”*: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

⁶ Ocerlan Ferreira Santos e Washington Santos Nascimento tratam do processo de abolição na região no artigo ainda inédito “Dimensões da Vida Escrava na Imperial Vila da Vitória nos últimos anos da escravidão (1870-1888)”.

⁷ Ofício 1875, Arquivo Publico do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial Presidência da Província, Série Judiciário (Juízes Vitória), Período 1874-1889, Maço 2648 (1875). Esse documento foi localizado por Antonieta Miguel a quem agradeço pela cessão.

violação do direito de propriedade dos senhores, que não receberiam qualquer indenização. Assim, ele continua:

E mais lamentável se torna aquela violação, porque veio dar em nossa lavoura o golpe mais profundo que até aqui tem ela recebido; [...] Exemplos sem número: quando em luta com a barateza e nenhuma procura dos seus produtos, a míngua de recursos para aperfeiçoar-se ou variar de cultura, vendo cada dia escassear os braços afeitos ao trabalho, pedia, a lavoura em pungentes brados aos poderes públicos que o amparassem e a livrasse de tal ruína! De maneira que grande número de lavradores, vendo-se abandonados dos seus trabalhadores, sem meios de angariarem gente nova e disciplinada⁸.

Há também um destaque para o que chamou de “golpe na lavoura”, representado pela perda da mão de obra escravizada num contexto, segundo o conselheiro, em que não havia incentivos governamentais para a agricultura, os trabalhadores estariam a abandonar o campo, e não havia como “angariar gente nova e disciplinada”. Por outro lado, neste mesmo documento, vemos o temor pela grande presença negra e livre na localidade:

Lamenta igualmente esta comarca que a lei de 13 de maio, não acompanhada de medidas previdentes que reprimisse o ócio e a vagabundagem, de perniciosas e terríveis consequências, para que não se desse o triste e singular espetáculo que presenciamos atualmente de em Chusma percorressem os ex-escravos, homens e mulheres as vilas e povoados, tendo por única ocupação lícita dizerem cada momento – agora somos livres – ao passo que incitados pela fome que os estortega, mergulham-se na prostituição para exercer a gatunice, prenuncio este de roubos qualificados e assassinatos cruéis.

O conselheiro inicia pela reclamação da inexistência de “medidas previdentes que reprimissem o ócio e a vagabundagem”, ou seja, declara que esse teria sido o destino dos ex-escravos o “ócio”, a “vagabundagem” e andar em “chusma” pela região. Nesse documento, vemos que os ex-escravos eram caracterizados como “preguiçosos”, “vagabundos”, “ladrões” e “assassinos”. Há também o registro de que o destino dos ex-escravos teria sido a fome, a prostituição e o roubo.

Ao salientar que a única ocupação desses ex-escravos é dizer “agora somos livres”, o documento mostra-nos uma realidade bem próxima daquela encontrada por Hebe Mattos acerca do sul fluminense, onde houve quem contasse histórias de negros dizendo “nós tudo

⁸ *Idem, ibidem.*

hoje é cidadão”, em reposta a fazendeiros em busca de “pretos na cidade que quisessem se alugar” (Mattos, 1998, p. 275). Tal como defende Mikhail Bakhtin, mesmo em condições adversas, nunca a voz do outro é completamente abafada (Bakhtin, 1988). Percebemos, por meio desse caso, a dimensão que a abolição assumira para parte daquela população.

Com o passar dos anos, parece ter havido certo silêncio sobre a abolição nas fontes documentais, pois outro documento localizado por nós com referência direta a esse evento é de 1913, ou seja, de 25 anos depois. Trata-se da ata da sessão da Câmara Municipal de Vereadores da então “cidade de Conquista”, realizada em 12 de maio de 1913, na qual se relata:

o senhor presidente (dr. Lau Juan) tomando a palavra e lembrou a grande data de treze de maio, que representa um dos mais gloriosos dias da história brasileira, que viu riscar de suas páginas a existência da escravidão e que portanto em honra a esse dia convocava uma seção extraordinária em comemoração a esse dia, marcando-a para as oito horas da noite. Pediu a palavra o conselheiro Paulino Fonseca, que apoiando essa convocação requereu que fossem expedidos convites a todas as autoridades e pessoas gradas da cidade para esse ato comemorativo, o que foi unanimemente aprovado⁹.

O Treze de Maio é descrito como “um dos mais gloriosos dias da história brasileira” e chama as autoridades e “pessoas gradas” da cidade para um ato comemorativo. No dia seguinte, todas as autoridades se fizeram presentes para comemorar a “grande data”: “Estando presentes todos os conselheiros, juiz de paz, delegado de polícia, cônego, e mais ainda representantes da imprensa, grande número de senhoras e cavalheiros, direção das sociedades Vitória Aurora, do Grêmio Literário e crescido número de representantes de todas as classes sociais”. A festa, de acordo com o secretário contara com a presença de toda a elite local e ausência do povo:

O presidente tomou a palavra fazendo ver o fim da sessão extraordinária convocada, que era a comemoração solene da grande data Treze de Maio que registrava a abolição da escravidão, fato altamente glorioso na história brasileira e que por tanto o governo municipal de Conquista congratulava-se com seus municípios e que concitava a todos a venerá-la sempre, terminando erguendo vivas à República brasileira, ao dia

⁹ Ata da Sessão Ordinária do Conselho, 12 de maio de 1913, Arquivo Municipal de Vitória da Conquista (BA), Livro de Atas do Conselho Municipal 1913 (Documento solto, sem identificação de maço ou caixa).

13 de Maio e ao povo conquistense, tocando em seguida a filarmônica Vitória, o hino nacional que foi ouvido de pé, respeitosamente por todos os presentes¹⁰.

Além do presidente, o cônego Manuel Olímpio fez questão de pronunciar algumas palavras, que assim foram sintetizadas pelo secretário do Conselho Municipal:

em vibrante e patriótico discurso em nome do povo conquistense saudava ao grande dia e se orgulhava por ver o governo municipal dar essa solene prova de patriotismo e que pediu que fosse colocado na ata de hoje um voto de louvor pelo culto a este memorável dia¹¹.

No jornal *A Notícia* de 13 de maio de 1928, aniversário de quarenta anos da abolição, o quadro é o mesmo: o ex-escravo praticamente inexistente e quem entra em cena são os abolicionistas e a princesa Isabel, “A Redentora”:

Pobres cativos, ia muito longe o sofrimento, a raça infeliz, triste herança do domínio lusitano, debatia-se ainda jungida pelos elos da escravidão. O povo que se erguera soberano na Jornada do Ypiranga, quebrando os grilhões pesados da escravidão, escravizava ainda sobre o império despotismo e tirania, uma raça desvantajada. Triste absurdo. Pouco a pouco porém, inflamados de civismo, começara a despertar os corações dos mais patriotas e liberais. Nos serros longínquos como uma sombra, divisava-se o vulto perdido entre brumas, do abolicionismo¹².

Na fala do “jornalista”, há uma associação direta entre a abolição e a proclamação da República. Como fica claro na passagem “o povo que se erguera soberano na Jornada do Ypiranga, quebrando os grilhões pesados da escravidão, escravizava ainda sobre o império despotismo”. No decorrer da matéria, foram lembrados nomes como o de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e outros abolicionistas menos conhecidos, bem como destaque à princesa Isabel.

Ou seja, na documentação analisada, a situação específica de ex-escravo não é mencionada. O tema parece não ter recebido atenção especial entre os membros da Câmara, jornalistas e outras pessoas com maior status social da localidade. As demais fontes, como os processos criminais, por exemplo, são vagas em relação a isso. Encontramos muito ex-escravos envolvidos em processos criminais, como agregados, lavradores, costureiras, diaristas, etc. Mas

¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹¹ *Idem, ibidem.*

¹² *Idem, ibidem.*

nada muito elucidativo, o que fica para nós evidente, principalmente nos processos-crimes, é a criação de uma representação social para o ex-cativo e seus descendentes. É especificamente sobre isso que aprofundaremos a seguir.

REPRESENTAÇÕES DE EX-ESCRAVOS E SEUS DESCENDENTES

NA REGIÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA (BA)

Tomamos como ponto de partida a Teoria das Representações Sociais, principalmente a partir dos estudos de Pierre Bourdieu, para quem as representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam (Bourdieu, 2007, p. 446; 2004, p. 112). De tal sorte, esses não são discursos neutros, pois tendem a impor uma determinada visão de mundo, que implica condutas e escolhas. Segundo o sociólogo francês, é preciso incluir no real as representações do real, pois “a representação que os indivíduos e os grupos exibem inevitavelmente através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social” (*Idem*, 2007, p. 447). Procuramos, então, enfatizar a função política das representações como sendo a tentativa de legitimação de uma ordem com a sanção de um regime de dominação, bem como a contraposição a essa tentativa pelo grupo “subordinado”¹³.

Começamos a nossa discussão sobre os ex-escravos depois do Treze de Maio com a história de Inocêncio, encontrado em um processo de 1889. Nesse, podem ser encontradas algumas representações sobre Inocêncio, construídas principalmente pelo seu ex-tutor, em que a questão da cor logo aparece na sua identificação: “Inocêncio crioulo”. O seu sobrenome é “Crioulo”.

Anexado ao processo de Inocêncio, há um registro de batismo de Inocêncio. Feito, em 1873, pelo vigário José Moniz Cabral Leal de Menezes, o documento sucintamente o descreve: “Inocêncio, livre, crioulo” – nome, condição e cor, indissociavelmente ligados.

¹³ Apresentamos uma discussão sobre a importância da Teoria das Representações para os Estudos Étnico-Raciais no Brasil pode ser encontrada no artigo “A importância da teoria das representações sociais para os estudos étnicos no Brasil: balanço teórico-conceitual” (Nascimento, 2009).

Onze anos mais tarde, em 1884, já sob a tutela de Luiz Moreira dos Santos, Inocêncio é retratado pelo tutor como alguém que “não quis mais sujeitar-se a trabalhar no serviço do hoje ex-tutor, e isso porque já estava possuído da influência de casar-se, o que realizou pouco tempo depois”¹⁴. Expressões fortes como “sujeitar-se”, “possuído” são utilizadas na representação de Inocêncio. Segundo seu tutor, para impedir que Inocêncio se cassasse, seria preciso prendê-lo; porém, “com a realização do qual talvez fosse este espancado por soldados, conforme o abusivo costume que há nesse termo”¹⁵. Luiz Moreira dos Santos apresenta-se como alguém que poderia defender Inocêncio da violência contra os presos e/ou descendentes de africanos.

Quando de seu falecimento, em 1897, Inocêncio é novamente retratado pelo vigário, dessa vez com o nome completo, “Inocêncio Minas dos Santos”. O sobrenome “Minas” possivelmente seja uma derivação do termo “Mina”, presente no sobrenome de seu pai, Joaquim Mina; e o “dos Santos” seja advindo de seu tutor Luiz Moreira dos Santos. Em seu sobrenome, então, estariam registradas a sua ascendência, “Mina”, e a sua vinculação posterior “dos Santos”. Cor/ascendência (Mina) e condição social (ligado à família dos Santos) continuam a formatar a descrição de Inocêncio.

Ao final do processo, percebemos que, antes da abolição, havia um Inocêncio “crioulo”, “livre”, “menor”, “sem domicílio”, “sem ocupação”; já depois da abolição, o que encontramos é um descendente de escravo (“Minas”), que não queria “sujeitar-se” mais, estando “possuído” para casar-se. Se antes era “livre”, “mas sem domicílio”, “nem ocupação”, tinha que se sujeitar. Agora livre, mas na iminência de casar-se, não queria sujeitar-se mais. De todo modo, estava suscetível a violências, prefigurada na imagem da cadeia. Comum aos dois momentos é a associação direta a uma origem escrava de Inocêncio.

Para 1896, temos um processo crime envolvendo Tadeu, que aparece nos autos pelas razões apresentadas por uma das testemunhas do processo, que afirmava:

estando ele (filho da testemunha) no rio mais Tadeu, jogando tarrafa quando chegou Ireno Dias de Cerqueira, pedindo peixe a Tadeu este respondeu que não tinha pegado

¹⁴ Termo de Tutela, 1889, Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Caixa Diversos 1888 a 1890.

¹⁵ *Idem, ibidem.*

e Ireno, vendo um saco com umas piabas e foi logo apanhando, Tadeu disse a ele que deixasse minhas piabas, respondeu Ireno, não sei aonde estou que te dou um tiro, negro; respondeu Tadeu, pois atira; e logo imediatamente Ireno, atirou em Tadeu¹⁶.

Apesar de não estar nítido no processo, parece que havia uma disputa anterior entre Ireno e Tadeu. Com efeito, quando houve um aumento das tensões, a questão racial emergiu: “não sei aonde estou que não te dou um tiro, negro”. Tadeu não deixou a provocação sem resposta e diz: “então atira”, o que resultou no seu ferimento. Esse trecho do processo sinaliza, indiscutivelmente, para a continuidade de práticas racistas após o Treze de Maio. Curiosamente, outra testemunha, José Marques dos Santos, de 37 anos de idade, lavrador e casado, ao descrever a mesma situação, não mencionou o uso da palavra “negro”, preferindo dizer apenas foram pronunciadas “palavras injuriosas”:

um filho dele testemunha, de idade de dez anos, que estando o menino no rio mais Tadeu pescando no poço denominado da Pedra, Tadeu jogando tarrafa e quando chegou Ireno, pedindo pelos peixes que tinha pegado respondeu Tadeu, que não dava e aí Ireno, dirigiu-se a panhar os peixes, e Tadeu, requereu a ele que não apanhase e aí Ireno pos a xingar-lhe nomes injuriosos os mesmos nomes Tadeu, respondera e no mesmo momento Ireno, deu-lhe um tiro em Tadeu¹⁷.

Um ano depois, outra história parecida com essa se deu envolvendo um homem chamado Juviniiano, morto por Vicente com um tiro de garrucha na barriga. Segundo uma testemunha, depois de ter feito o disparo, “o Vicente Pintado, provocando em cima do cadáver do infeliz Juviniiano de Tal, dizendo não te disse nego que eu te matava?”¹⁸. Da mesma forma do caso anteriormente relatado, o crime decorreu do aumento das tensões entre os dois por motivos que não ficaram evidentes para nós, mas cujos desfechos passaram pela verbalização de conflitos raciais.

Essa situação parece ter se repetido em 1915, em um fato que envolveu João Urbano de Magalhães, o “José Pretinho”. Participante de um Terno de Reis (festejo popular) e morador de José Gonçalves, atual distrito de Vitória da Conquista, Bernardo Ribeiro de Menezes, 29 anos, solteiro e lavrador, descreve assim o que acontecera com José Pretinho:

¹⁶ Auto de Corpo de delito procedido contra Ireno Dias de Cerqueira, 1986, Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Diversos 1886.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁸ *Idem, ibidem.*

“eu respondente fechei a porta e fui para o interior da casa, pouco depois ouvi um tiro e em seguida muitos e ao terminar o tiroteio ouvi as vozes de Serafim, dizendo: Conheceu negro como se atira em homem?”¹⁹.

O crime, aparentemente, aconteceu em decorrência de uma disputa por questões de honra: um homem mais velho desafiou um mais novo; levados pela euforia da bebida, o conflito se estabeleceu na manifestação da violência física. Entretanto, como a dimensão da diferença racial se fazia presente, a explosão do conflito se deu por esse viés, quando Serafim assim gritou: “Conheceu negro como se atira em homem?”. O “Pretinho” fora esquecido. O atrito que estava em questão reclama o termo “negro”, não como cor, mas, sobretudo, como um lugar social, que entra na correlação de forças “homem mais novo” *versus* “homem mais velho”, como uma variável que dava a esse homem “novo” e “branco” uma suposta superioridade frente ao homem “velho” e “negro”.

Um ano depois, em agosto de 1916, a mesma testemunha ratifica essa impressão a dar novo depoimento sobre o ocorrido: “ouviu o estampido de diversos tiros e palavras que ele testemunha conhecia visivelmente serem do denunciado que diziam, “conheceu negro, como é que moleque mata homem?”. A questão da honra passava pela exploração da dimensão racial do conflito, como deixa claro outra testemunha, Francisco Graia, 27 anos, solteiro, lavrador: “Disse mais que ele testemunha sendo chamado por uma mulher, cujo nome não precisou, amásia de João Pretinho, para socorrer este, ancedeu [*sic*] e aí chegado ainda encontrou João Pretinho em ânsia da morte e antes do lugar do crime o denunciado Serafim que lhe disse haver atirado no negro”²⁰. Cabe registrar que há fortes indícios de o escrivão absorvera a linguagem da testemunha, pois não fica claro no depoimento se teria sido a testemunha ou o próprio escrivão que qualificara José Pretinho como negro. Ou seja, quem de fato disse “haver atirado no negro”, a testemunha ou Serafim?²¹

Mas não era só o “preto” que eram alvo de representações racializadas e negativas, o “mulato” também assim o era. Em 1919, em um processo-crime o “ofendido” descreve seus

¹⁹ Autuação 1916, Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Caixa Diversos 1890-1890.

²⁰ *Idem, ibidem.*

²¹ O processo termina quando em 1917 Serafim é morto no distrito de São João do Alípio, distrito da região de Condeúba.

ofensores com uma nítida alusão a “mulato” como um eixo explicativo: “que um de seus agressores é baixo, mulato e que tem dois dentes de ouro, sabendo quanto ao outro que é alto da mesma cor”²². Um atributo físico, a altura (baixa), aparece associada à cor (mulato). O que se percebe nos processos analisados é que mesmo após a abolição, há todo um entrelaçamento entre a violência cotidiana e o racismo existente. Isso nos leva a reconhecer a existência de uma sociedade profundamente racializada, que, como veremos nos processos seguintes, repetidamente emerge das descrições feitas por escrivães da justiça e peritos médicos.

RAÇA E RACIALIZAÇÃO NA DESCRIÇÃO “TÉCNICA”

DE PERITOS MÉDICOS E ESCRIVÃES DE JUSTIÇA

A fala de escrivães de justiça e peritos médicos é uma presença constante nos processos analisados. Em 1922, foram as palavras do doutor Crescencio Antunes da Silveira e do cirurgião-dentista Amphiphio Pedral Sampaio que serviram para a descrição de Ana Maria dos Reis nos autos de corpo de delito contido no processo-crime em que ela estava envolvida. Ana é descrita como “surda e dislalica, parda, de cabelos bons”.²³ Na descrição “técnica”, a condição de saúde aparece antes, para só depois, focar a questão da cor, “parda”. A expressão “de cabelos bons” parece uma tentativa de aproximar a parda do mundo branco.

Da mesma forma, num processo de 1922, encontramos a descrição de Vicente Antonio da Silva, que fora ferido com uma facada no peito direito. Ele tinha 34 anos, era natural de Caculé e vivia na região de Vitória da Conquista, num lugar denominado Olho d’Água de Vital. A primeira descrição dele é feita pelos peritos, os “senhores doutores” Nicanor José Ferreira e Aparício Couto Moreira: “Vicente Antonio da Silva, com trinta e

²² Inquérito Policial 1919, Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Caixa Diversos 1919. Por estar com a segunda parte comprometida o processo não permite um aprofundamento maior desse caso.

²³ Inquérito Policial, 1924, Arquivo João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Caixa Diversos 1924.

quatro anos de idade, de cor preta”. A descrição “técnica” de Vicente pressupõe o registro da racialização.

Anos depois, o registro do termo “mulato” aparece na descrição feita pelo escrivão de polícia, em 1924, quando diz que: “no dia 14 do corrente mês, foi assassinado Antonio de Tal de cor mulato claro, olho de gato”. Nessa descrição, “mulato claro” com “olho de gato” aponta para o variado repertório da racialização num contexto de mestiçagem. Ao longo do processo, é construída a imagem de alguém que “procedia mal”, um “grande turbulento”. Segundo uma testemunha:

o procedimento era péssimo, tanto que a poucos dias tinha chegado de Itabuna com duas cutiladas no braço, em barulho de facão que ali provocou, portanto não deixaria de ser um grande turbulento, e tinha por costume viver provocando a este e a aquele, tanto que esteve preso nas cadeias desta cidade por duas vezes²⁴.

A imagem de turbulência é associada ao comportamento de “viver provocando a este e a aquele”. O processo se estende por dez anos, e nele duas imagens sobre Antonio estão sempre presentes: na descrição do escrivão e do promotor, a questão da cor, “o mulato”; já na descrição das seis testemunhas, todos lavradores e casados, Antonio aparece como “turbulento”. A estratégia era caracterizá-lo como alguém violento, e o acusado de seu assassinato, como alguém que agira em legítima defesa.

Em 1927, no exame cadavérico realizado em João Felix da Rocha por Jovelino Rodrigues da Silva e João Queiroz de Brito, encontramos a primeira descrição em que a cor foi logo ressaltada. Assim registram: “que examinando a pessoa de João Felix da Rocha, de cor preta, com vinte e oito anos de idade, natural e residente deste distrito, veste brim branco, camisa branca”. Por outro lado, na fala de uma testemunha, chama-nos atenção a naturalidade com a violência e a definição dada por Theodovico, autor do tiro, a respeito de João Felix são mencionadas e compartilhadas:

viajando em caminho ele Theodovico me disse que tinha atirado no João Felix, para que você fez isso! Ele não me respondeu mais nada, viajemos a noite toda para a casa e não subemos da morte então no outro dia é que nós subemos que João Felix tinha

²⁴ Sumário de culpa, 1924, Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Caixa Diversos 1924.

morrido, mas Theodovico não falou que tinha atirado no negro João Felix com uma laproxe²⁵.

Assim como no caso anteriormente analisado que envolveu José Pretinho, o escrivão “absorve” a linguagem da testemunha, pois não fica claro quem dissera que João Felix era negro – a testemunha ou o acusado. Talvez isso aconteça por ser o qualificativo “negro” para pessoas como João Felix um dado “natural” naquela realidade. Seja como for, ficamos sabendo que a briga se deu por uma questão material – uma dívida de seiscentos réis –, mas a questão da cor assumia importância ali tanto para os peritos quanto, indiretamente, para o próprio Theodovico. Nesse caso, podemos assinalar certa diferença entre “preto” e “negro”: para os peritos, João Felix era preto (cor), traço fenotípico, racializado; para as testemunhas (e Theodovico?), João Felix era negro (condição). Assim, o “preto” e o “negro” se misturam; preto como cor, e negro como condição.

De maneira mais velada do que nos processos analisados anteriormente, o racismo aparece em meio a uma suposta cientificidade da análise feita pelos médicos peritos e da linguagem jurídica feita pelos escrivães de polícia. A análise desses processos nos permite entrever como a visão racializada dos indivíduos e grupos estava encravada naquele universo.

REPRESENTAÇÕES SOBRE MARIA ROGACIANA E SEU TREZE DE MAIO

Se nos processos anteriores temos uma visão depreciativa em relação aos ex-escravos e seus descendentes, o mesmo não acontece com a descrição de uma mulher negra chamada Maria Rogaciana. Ela organizava bailes comemorativos ao Treze de Maio, como noticiado na matéria do jornal *A Semana* de 22 de junho de 1922:

Felizmente não passou despercebida em nosso meio a data comemorativa da extinção da escravatura no Brasil. A gratidão e o entusiasmo de Maria Rogaciana fizeram com que não obstante o indiferentismo das nossas associações e escolas locais, o 13 de maio tivesse uma comemoração feliz, como abaixo passamos a relatar:

²⁵ Auto de Sumário de Culpa, 1928, Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista (BA), Caixa Diversos 1927 a 1929.

comemorações começaram com uma alvorada de fogos, e continuaram durante todo o dia com discursos, sons de orquestra, desfiles e culminando no esperado baile, ocorrido no Paço Municipal que terminou as 04 horas da manhã. Não podemos deixar, e não cansamos de bater palmas, palmas de entusiasmo, palmas de coração, ao gesto belo desta mulher do povo, dessa mulher que não se rende desmerecida de dizer de onde veio – filha da escravidão nefasta – e cuja alma é um relicário de amor e gratidão²⁶.

Ao relatar a importância de Maria Rogaciana, alguns traços comportamentais de uma “mulher do povo” que não se “rendia desmerecida” de dizer de onde veio são ressaltados, tais como “gratidão” e “entusiasmo” para com o Treze de Maio. Sutilmente Bruno Bacelar de Oliveira, o articulista, mostra que havia aqueles que escondiam o seu passado ligado ao passado na escravidão e à ancestralidade africana. Com efeito, em uma sociedade formada por grande quantidade de negros e pela mestiçagem, mas com marcado racismo antinegro e antiafricano, não seria difícil encontrar tais personagens.

Em data não precisa, provavelmente na primeira metade do século XX, Bruno Bacelar escreveu a biografia de Maria Rogaciana, transcrita por Aníbal Viana. Assim começa ele:

Maria Rogaciana não foi escrava. Filha e irmã de escravos, teria vindo ao mundo depois da Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de Setembro de 1871. Menina crescida viu seus irmãos serem vendidos para as matas de café, como era conhecido entre os negros nas senzalas, no estado de São Paulo (Viana, 1982, p. 405).

O autor inicia o texto com a afirmação, enfática, de que Maria Rogaciana não havia sido escrava. Tratava-se de alguém que cresceu em outra condição, a dos que nasceram de ventre livre. Ela estava em outro “estatuto”, o do ventre-livre. O que isso significava socialmente no que se refere à ascensão da população negra? Talvez pouco, mas era um estado de diferenciação importante em relação àqueles que oficialmente nasciam sob a condição de escravos, tanto que:

a cena dos seus irmãos vendidos não saiu jamais do seu pensamento e era sempre recordada por suas palavras em momentos oportunos. Era mágoa dolorosa em seu coração a partida de seus irmãos, jovens e fortes para o cativo na paulicéia, onde se plantava na época o café que seria uma das riquezas do Brasil (*Idem, ibidem*).

²⁶ Jornal *A Semana*, 22 jun. 1922, Biblioteca Heleusa Câmara, Arquivo Municipal, Caixa Diversos 1922.

Apesar de não ter sido escrava, sentiu as “dores” do mundo escravo, ao ver o destino de seus irmãos. Por outro lado, continua ele:

Não se sabe quando ela veio para esta Cidade no século passado, sem dúvida ainda muito jovem, como serviçal do Padre José Muniz Cabral Leal de Menezes [...] morrendo o padre José Muniz em 1905, Maria Rogaciana não abandonou a professora Maria Leal Cabral de Menezes, de saudosa memória e que grandes serviços ao ensino desta cidade prestou. Filha do ilustre sacerdote, em casa de quem faleceu há alguns anos passados, era querida, por toda a população (*Idem, ibidem*).

Ela servira ao padre, responsável pela educação religiosa, e à filha do padre, professora “laica”²⁷, o que acabou por ligar a sua trajetória com a histórica da educação em Vitória da Conquista²⁸:

Maria Rogaciana da Silva, além de dedicação inesquecível para com os que lhe deram zelo e abrigo na vida, possuía entre outros dotes apreciáveis elevados sentimentos de gratidão e reconhecimento, o que a fez, individualmente, sozinha, sem recursos, somente pedindo as pessoas amigas e conhecidas, promover brilhantemente manifestação ao 13 de Maio, todos os anos, com passeata cívica pela Cidade, aplaudida pela população (*Idem, ibidem*).

“Grata” pelo Treze de Maio e com esforços individuais, ela era responsável pela festa cívica da comemoração de tão “importante” data:

A festa tomou cunho tradicional pelo brilhantismo e entusiasmo. Mandou ela compor um hino ao 13 de Maio o qual foi musicado pelo maestro Francisco Vasconcelos e que era entoado na comemoração do dia da libertação dos escravos. Maria Rogaciana enquanto viveu não deixou desaparecer as comemorações ao 13 de Maio, com passeatas cívicas, conduzindo o préstito devidamente engalanado com flores e coroas de louro, os retratos da Redentora, de José do Patrocínio e Ruy Barbosa (*Idem, ibidem*).

Tomou-se responsável pelo cumprimento de um ritual com hino, passeatas cívicas, rememorações da princesa Isabel, José do Patrocínio e Rui Barbosa. Tudo isso, com um detalhe: “Pela princesa Isabel ela tinha verdadeira devoção e fitava embevecida verdadeiramente enleada, chorando sempre que recolhia o préstito em sua alocução,

²⁷ Não havia necessariamente uma separação entre a educação religiosa e a educação laica.

²⁸ Não deixa de ser interessante a naturalidade com que Bruno Bacelar se refere ao fato de um padre ter uma filha.

característica pela naturalidade de sua linguagem, saudando sob forte emoção o retrato da Redentora” (*Idem, ibidem*).

Segundo Bruno Bacelar, a princesa Isabel lhe causava comoção e, com a “naturalidade” da sua linguagem, discursava. “Maria Rogaciana morreu desapareceu assim: símbolo de reconhecimento e gratidão, amiga humilde da cidade e do seu povo e entusiasta do 13 de Maio, festa que amava e promovia. Com sua morte também o 13 de Maio nunca mais se festeja nesta cidade” (*Idem, ibidem*).

A morte de Maria Rogaciana marcou o fim das comemorações do 13 de maio. A apoteose dessa festa era o baile realizado no Paço Municipal para o qual “ela distribuía cartões de convite especiais a todas as autoridades e às pessoas de maior representação social”. Na porta do Paço Municipal, ela ficava de “sentido” para evitar penetras. “Não deixava preto entrar ou tomar parte do baile, o que era paradoxal, dizendo que ‘ela era preta, porém não gostava de negro, que na maioria era mal educado” (*Idem, ibidem*, p. 406).

Mais uma vez aparece a diferenciação entre preto (cor) e negro (lugar) e surge a questão da educação e da reprodução de comportamentos sociais. Maria Rogaciana dizia que não gostava de negro porque era mal-educado. A questão por ela colocada como de “má educação” não seria de rebeldia, de insurgência, que ela traduzia como de âmbito da educação? Que lugar social é esse pelo qual Maria Rogaciana lutava? Que lugar social ela queria afirmar para o negro? Talvez uma boa perspectiva para o entendimento disso seja dada por Bhabha, quando problematiza: “é difícil concordar inteiramente com Fanon de que a opção psíquica é a de ‘virar branco ou desaparecer’. Existe a terceira escolha, a mais ambivalente: a camuflagem, a mímica, pele negra/máscaras brancas” (Bhabha, 1998, p. 174).

Mas a questão é complexa e precisa de mais contrapontos. Nesse sentido, Mozart Tanajura colheu um depoimento muito interessante que nos ajuda a entender por que Maria Rogaciana não deixava negros entrarem na festa, diz ele:

José Alexandre da Silva Leite, nosso informante, assim descreve o baile que realizava na festa 13 de Maio em Conquista: À noite o baile era no Paço Municipal. Só entravam os seus convidados, Rogo ficava na porta, chamavejava, não deixava a cor negra entrar para participar da sua festa, e dizia: “Vocês não me ajudaram, também não gozam da minha festa” (Tanajura, 1992, p 153).

Na fala colhida por Tanajura, vemos que a questão não era só racial, era também econômica, ou seja, o fato de eles não ajudar a financiar a festa os excluía dela. Essa fala evidencia a complexidade das relações sociais locais a partir do entrelaçamento das questões econômicas e raciais.

Só que aqueles que não entravam na festa não deixavam passar em branco o seu descontentamento, diz o mesmo depoente: “Muitos da janela falavam: “– Olha o cabaré de branco com a faixa da princesa sobre o peito dançando no salão. A pariceira (parceira) da Princesa está mesma celigristida”. Os negros tinham noção de que era uma festa de “branco”, um “cabaré de branco”. Esse depoente também ressalta a preocupação com a moral e os bons costumes tido por Maria Rogaciana. Segundo ele “quando dava a meia noite, Rogô tinha o cuidado de mandar levar as moças nas residências de seus pais dizendo: – Quem toma conta dá conta” (*Idem, ibidem*).

Cabe assinalar que, segundo Anibal Viana, Maria Rogaciana sabia ler e escrever, e a “seu modo cultural discursava, nas sessões cívicas, realizadas em comemoração à data da abolição da escravatura” (Viana, 1982, p. 406). A idéia de que Maria Rogaciana fazia o discurso “a seu modo cultural” torna a evidenciar a linguagem diferente dela em relação a outras pessoas da localidade, evidenciando dessa forma sua descendência africana.

Figura 1 – Passeata do 13 de Maio, vendo-se Maria Rogaciana à frente



Fonte: Viana, 1982, p. 250.

Na foto da passeata em comemoração ao 13 de maio, publicada no livro de Anibal Viana, vemos uma Maria Rogaciana com uma roupa que cobria todo o seu corpo, um lenço na cabeça (herança africana?) no meio de homens engravatados e mulheres igualmente compostas. Composta, bem vestida com vestes brancas, ela queria ser vista como sendo pertencente aquele grupo.

O seu compromisso com a sociedade da época e com sua “educação” ecoa historicamente e fez com que, no dia 13 de maio de 1976, o então prefeito do município, Jadiel Vieira Matos, inaugurasse uma escola a que deu o nome de Maria Rogaciana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a abolição, tal como observado na documentação analisada, houve todo um entrelaçamento entre a violência cotidiana e o racismo existente. Mais do que uma “questão da cor”, o que persistiu, mesmo depois da abolição, foi o racismo articulado com um cotidiano “naturalmente” violento. À luz dos processos que analisamos, ao que parece, o

racismo era mais explícito para com a população identificada como “preta”. O racismo com a população mestiça era mais sutil, mas não menos perverso. Mesmo percebendo que havia uma diferença na representação entre “mestiços” e “negros”, é preciso dizer tal qual fez Josildesth Consorte que, “a situação social dos mestiços, no entanto, mesmo que melhorada em relação à dos negros, estava longe de alcançar os níveis atingidos pelos brancos” (Consorte, 1999, p. 110-111).

Dessa maneira, é possível perceber uma diferenciação entre brancos e não brancos. Para esses últimos, havia uma clara associação entre cor e comportamento e, conseqüentemente, divisões provocadas também pelo racismo, no que vale a pena lembrar Stuart Hall, para quem:

As grandes divisões do racismo como estrutura de conhecimento e representação são também, a meu ver, um sistema profundo de defesa. São as fortificações externas, as trincheiras, as posições defensivas em torno de algo que se nega a ser domado e contido por esse sistema de representação. Toda essa energia e trabalho simbólico e narrativo destinam-se a nos segurar “aqui” e a eles “lá”, a fixar cada um no lugar que lhe é designado enquanto espécie (Hall, 2005, p. 21-22).

Outro aspecto importante para refletirmos é que, nas representações sobre o que é ser negro, existe a ideia de negro ligada à “condição”, “lugar social”. Não se trata de uma cor, mas de um lugar móvel, sempre em construção. Voltando para as categorias criadas por Bourdieu, diz o sociólogo que o efeito maior dessas representações coletivas é a “usurpação da identidade nominal”, em favor da “identidade real”, coletiva e determinada socialmente (Bourdieu, 2007, p. 445). Assim, pode-se perceber a criação de uma “identidade” para esse negro, condicionada pela cor.

Pelas fontes também percebemos que grande parte das representações desse “lugar social” é o da subalternidade, da sujeição e é pautado pela discriminação racial. Mas, como já dissemos, não é um lugar estático, imóvel, é um lugar sempre em construção com fronteiras móveis e fluidas, ou seja, é possível estar nesse “lugar social” e dele construir certa identidade de resistência e, a partir daí, enfrentar esse racismo (Cf. Castells, 2000).

Para os ex-cativos, liberdade e cidadania não eram conceitos filosóficos ou mesmo um problema existencial complexo, era uma realidade concreta que significava acesso à terra, ao trabalho e a usufruir de mobilidade para agir e pensar. Nesse sentido, a negação desses

direitos é o que nos ajuda a explicar a situação de marginalização social vivida hoje pelos descendentes dos africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Itamar Pereira de. *Do Púlpito ao Baquiço: Religiões e Laços Familiares na Trama da Ocupação do Sertão da Ressaca*. 2007. 326 f. Tese (Doutora em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 2004.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CONSORTE, Josildeth Gomes. A mestiçagem no Brasil: Armadilhas e Impasses. *Revista Margem*, São Paulo, n. 10, p. 30-62, dez. 1999.

ENNES, Marcelo Alario. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2001.

HALL, Stuart. Raça, Cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 31, 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/2308/1400>. Acesso em: set. 2010.

IVO, Isnara Pereira. A conquista do sertão da Bahia no século XVIII: mediação cultural e aventura de um preto-forro no Império português. In: XXIII Simpósio Nacional de História. História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais Suplementares do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina PR: CD-ROM, 2005. v. 1.

_____. *O anjo da Morte contra o santo lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NASCIMENTO, Washington Santos. A importância da teoria das representações sociais para os estudos étnicos no Brasil: balanço teórico-conceitual. *Diálogos & Ciência*, v. 8, p. 97-104, 2009.

_____. *Construindo o “negro”*: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)*. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2008.

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1992.

VIANA, Anibal. *Revista Histórica de Conquista*. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, volume 2, 1982.